



**UM CERTO CAPITÃO JOÃO:
APADRINHAMENTO E COMPADRIO NA FREGUESIA DE SÃO VICENTE
(VALE DO JAGUARI-RS, 1854-1912)**

HERMES GILBER UBERTI*

Primeiras palavras

Se o número de vezes que um indivíduo comparecia a pia batismal indicava o seu prestígio João Victorino Filho parece ter sido alguém muito estimado e de extrema confiança. O Capitão da Guarda Nacional se constituiu num verdadeiro “especialista na arte de apadrinhar”, haja vista que entre os registros da capela/matriz de São Vicente contou-se, entre meados e final do século XIX, 57 cerimônias nas quais apareceu na condição de pai espiritual, ocupando, como veremos mais adiante, o segundo lugar entre os padrinhos preferenciais daquela localidade. O que nos sugere que ele detinha capital relacional e uma posição de prestígio no contexto de uma vizinhança alargada.

A inspiração desse trabalho, no que diz respeito ao referencial teórico, método e técnicas de pesquisa, em muito, foi buscada na micro-história italiana. Entre as contribuições trazidas por esse procedimento historiográfico destaca-se o fato de ter demonstrado a complexidade do social, a realidade multifacetada, as assimetrias sociais das comunidades de pequenas localidades, que muitas vezes apresentam um contexto muito diferente dos grandes esquemas abstratos que tendem à generalização.

O exercício de micro-análise que intentamos desenvolver recorre ao paradigma indiciário trabalhado por Ginzburg (2007), buscando pequenos detalhes e indícios, juntando peças e “costurando-as” durante o processo de construção da trama. Nesse sentido, analisamos 8.902 assentos batismais produzidos na freguesia/matriz de São Vicente, entre 1854 a 1912 que nos possibilitaram elaborar o *ranking* dos padrinhos e madrinhas que mais se fizeram presentes a pia batismal. A documentação religiosa foi obtida nos arquivos da Mitra Diocesana de Bagé (AMDB) e da Arquidiocese de Santa Maria (AASM). Além das atas de batismo nos valem também de outras fontes manuscritas que foram garimpadas junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Arquivo Histórico do Rio

*Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (*Campus* São Vicente do Sul); Diretor de Assistência Estudantil do IF Farroupilha (Reitoria). E-mail: hermes.uberti@iffarroupilha.edu.br

Grande do Sul (AHRS) e Memorial do Judiciário. Entre as fontes manuscritas destacamos registros notariais, correspondências da câmara de São Vicente, testamento, inventários *post-mortem*, protocolos de audiências, habilitações civis de matrimônio e qualificações da Guarda Nacional.

Entre as categorias que alicerçam nossa análise está a rede de relações. Esta última entendida por Michel Bertrand como “un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos directa o indirectamente y muy desigualmente” (2000: 78). Ao discorrermos sobre a definição apresentada, a complexidade fica por conta de que por mais ampla que seja a rede de relações de um indivíduo, ela é apenas a “ponta do *iceberg*”. Trata-se de apenas algumas conexões entre diversas pessoas que formavam um sistema social mais amplo.

Em relação ao sentido das redes Ricardo Cicerchia e Francisco Jiménez (2007) destacam dois tipos de vínculos, malhas horizontais e verticais. O tramado horizontal era aquele que ocorria com “gente da mesma iguala”, pessoas que teoricamente figuravam no mesmo estrato do tecido social e se prestavam principalmente para solidificar vínculos familiares (sanguíneos e afins), mas que também poderiam ser estendidas a pessoas de fora do ramo familiar com as quais mantinham sistemas de amizade. Já as de cunho vertical eram aquelas que enredavam indivíduos que ocupavam degraus diferentes dentro do tecido social. Elas poderiam engendrar arranjos sociais tanto para cima, quanto para baixo. Ainda no que diz respeito aos estudos de redes de relações Maria Elena Barral destacou a necessidade dos cientistas sociais atentarem para a distinção entre “redes en potencia” y “redes em acto” (2007: 65). A primeira ideia está atrelada a natureza da rede, o tipo de teia, e a forma como ela estava configurada. A autora destacou a importância de desenvolver exercícios metodológicos que possibilitem ir além da estruturação da rede de relações. Sempre que possível analisar a dinâmica das teias, isto é, de que forma se dava o seu funcionamento.

Outro conceito estruturante do texto é o apadrinhamento. Colin Heywood (2004) chamou a atenção para o fato de que a seleção dos padrinhos tendia a ser uma decisão muito bem pensada. Um dos critérios levados em conta pelos pais biológicos era o reforço das redes de relações com os pais espirituais. Por sua vez, Fábio Faria Mendes ao estudar as práticas de apadrinhamento propôs que não devemos levar em conta somente o aspecto quantitativo, pois o *score* individual de prestígio “é determinado não apenas pelo número de vezes que um



3

indivíduo é escolhido como padrinho, mas também pelo *score* de prestígio daqueles que o escolheram” (2012: 61).

Também iremos nos valer da categoria de compadrio, a qual, no entendimento de Silvia Brügger (2007), contribuía para minimizar as distâncias sociais, devendo tal aproximação ser vista dentro da ótica da ambiguidade, uma “amizade desigual”, uma vez que pobres e ricos se tornavam parentes através dos ritos batismais, o que em tese criava canais de reciprocidade pelos quais poderiam circular dádivas de caráter material e simbólico. Ainda segundo a autora os círculos ligados ao compadrio “extrapolavam os muros da igreja”, pois o parentesco ritual abria uma série de espaços que iam além dos preceitos religiosos, abarcando, entre outras, a dimensão econômica.

Luís Farinatti advertiu sobre os perigos de naturalizar a associação entre “compadrio e a efetividade das alianças sociais” (2012: 296), mesmo que a “força da reciprocidade sugerida pelo compadrio podia ser reiterada por muito tempo, também era possível que ocorresse o contrário: um afastamento ou até um rápido rompimento entre os compadres” (Idem). Nesse sentido, cabe dizer que os assentos de batismo são informações datadas que sugerem a ratificação de comunhões pretéritas. Contudo, as relações humanas são dinâmicas e, por conseguinte, cambiantes, assim os laços estavam suscetíveis a afrouxarem, afastamentos circunstanciais, ou até mesmo romper-se de forma definitiva.

O expressivo número de relações de apadrinhamento e de compadrio firmadas pelo Capitão João Victorino Filho nos ajudaram a responder quais os tipos de redes que ele fazia parte, bem como o sentido do tramado (horizontal ou vertical) e os bens que circulavam através dessas teias sociais. Ao mesmo tempo, a trajetória do personagem também nos serviu para abordar quem eram os outros padrinhos preferenciais de São Vicente e algumas tendências comportamentais que permeavam as relações de parentesco simbólicas.

“Um verdadeiro especialista na arte de apadrinhar”

O Capitão João iniciou sua trajetória como pai espiritual em 1861, quando batizou Jerônimo¹, filho legítimo do abonado estancieiro Jerônimo Pereira de Quadros e Dona Domingas Martins de Quadros. O último assento que encontramos seu nome foi em 1894, na

¹ AMDB, **Registro de batismo de Jeronimo**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 7b, ff. 20v., n.º 69.

cerimônia na qual batizou Mariano², filho natural de Manuela Centurião, ano em que ele sumiu dos registros de batismo como agente apadrinhador. Das 57 relações de apadrinhamento, 54 foram feitas entre 1861 a 1884, ou seja, a partir de meados da década de 1880 a figura do oficial miliciano perdeu força como padrinho preferencial. Especula-se que a idade tenha pesado, padrinhos velhos tendiam a perder espaço (HAMEISTER, 2006), mas acreditamos, conforme procuraremos demonstrar na próxima seção, que o progressivo endividamento e a venda de seus bens também colaboraram para que perdesse prestígio.

Ao analisarmos a condição jurídica dos afilhados, ela foi informada para 42 batizados e em apenas uma oportunidade apadrinhou uma criança escrava, tratava-se de Luisa, filha natural de Maria³. O que possivelmente seja explicado pelo fato de que os escravos estavam entre as mercadorias que João Victorino Filho negociava. O restrito número de batizados a rebentos com ascendência africana foi perceptível também ao observarmos que apenas duas batizadas foram classificadas como pardas, enquanto outros 26 eram brancos e 12 índios. Nos 17 casos restantes ocorreu o silenciamento sobre a cor, que em parte se explica pelo fato de que foram cerimônias realizadas após 1880, ano em que o padre Boaventura Garcia parou de apontar nos assentos o atributo qualificativo.

O expressivo número de afilhados do Capitão João nos serve para trazer a cena outros padrinhos e madrinhas que também foram muito presentes nos registros analisados. Conforme se observa, a ordem dos nomes foi definida a partir do número de afilhados que cada um apresentou e nos casos de empate a classificação foi estabelecida a partir daquele/daquela que atingiu primeiro a marca.

Quadro 1: Padrinhos e madrinhas preferenciais nos registros de batismo de São Vicente (1854-1912)

Padrinho	Afilhados	Madrinha	Afilhados
Antonio Gomes da Costa	82	Antonia Prestes da Costa	76
João Vitorino Filho	57	Balbina da Fonseca de Lima	40
João Baptista de Lima	52	Francisca d' Paula Oliveira	39
Boaventura Garcia	44	Nimpha Victorina dos Santos	30
José João de Lima Pereira	43	Cristina Alves Jardim	27
João Alves Machado	34	Adélia Prates dos Santos	26
João Antonio d'Avila		Maria Victorina dos Santos	
Lauro Domingues Prates	30	Mariana Leite da Conceição	25
Raimundo Victorino dos Santos	29	Cândida Alves da Conceição	24
		Francelina Rodrigues Ramos	

² AASM, **Registro de batismo de Mariano**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 47r., n.º 74.

³ AASM, **Registro de batismo de Luisa**. São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 80r., n.º 42.

Zeferino Alves Machado	26	Cândida Victorina dos Santos	23
Antonio Prestes dos Santos Gil Domingues Prates	24	Antonia Prestes dos Santos	22

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Mesmo que o personagem central desta narrativa seja o Capitão João Victorino Filho, não poderíamos deixar de comentar a impressionante marca do casal Antonio Gomes da Costa e Antonia Prestes da Costa. De longe os campeões em termos de apadrinhamento/amadrinhamento de São Vicente, que iniciaram seus batizados conjuntos em 1872 e em 1911 ainda faziam par nas cerimônias batismais. Chegamos a pensar que se tratava de homônimos, mas é muito pouco provável que houvesse dois casais com os mesmos nomes.

A fim de tentarmos entender as razões que levaram esses personagens a serem tão assíduos na prática do apadrinhamento realizamos o cruzamento nominativo de fontes a fim de encontrá-los em outros cenários representando outros papéis⁴. Nesse sentido, buscamos seus nomes no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (1909, 1910, 1911 e 1912), nas qualificações da Guarda Nacional, nos registros notariais, habilitações civis de matrimônio e nas informações presentes no Álbum Ilustrado do Partido Castilhistas (1934). Entre as informações obtidas, conseguimos apurar os ofícios de todos os padrinhos preferenciais de São Vicente. Seis deles (João Victorino Filho, José João de Lima Pereira, Lauro Domingues Prates, Raimundo Victorino dos Santos, Antonio Prestes dos Santos e Gil Domingues Prates) iniciaram suas atividades profissionais como criadores, mas no decorrer de suas vidas passaram a atuar como comerciantes, ofício no qual Antonio Gomes da Costa labutou ao longo do transcurso de sua vida. Outros dois (João Baptista de Lima e João Alves Machado) eram criadores. Zeferino Alves Machado era lavrador, o vigário Boaventura Garcia combinava as atividades prestamistas com a pecuária e João Antonio d'Avila era fazendeiro.

Portanto, a tendência apresentada entre os padrinhos preferenciais era a de privilegiar os criadores e negociantes. Entendemos que isso se explica em virtude da pecuária ser apresentada no discurso das autoridades como a principal atividade econômica do município⁵.

⁴ Cabe dizer que os nomes de todos esses indivíduos foram muito recorrentes na condição de testemunhas de cerimônias de casamentos, habilitações civis de matrimônio e afiançaram centenas de registros notariais. Nos livros de protocolos de audiência de São Vicente, também foram muito citados como testemunhas em ações judiciais, tutores, curadores *ad-litem*, avaliadores e partidores de inventários *post-mortem*.

⁵ AHRS, **Correspondências expedidas da Câmara de S. Vicente**. São Vicente, a. 1883, cx. 153 l. 95 m. 271, ff. 2r.

Em relação aos comerciantes, conjectura-se que era uma estratégia importante poder contar na sua rede de parentela com um indivíduo que pudesse disponibilizar compras a prazo, vender ou intermediar a venda da produção, assim como, os contatos fora da freguesia que o compadre negociante possuía o transformavam numa boa possibilidade de obtenção de informação.

Um dado importante é que não localizamos nenhum registro de batismo no qual o casal Antonio Gomes da Costa e Antonia Prestes da Costa fosse mencionado na condição de pais. O mesmo vale para os cônjuges João Baptista de Lima - Balbina da Fonseca de Lima e João Antônio d'Avila - Francelina Rodrigues Ramos. Possivelmente estejamos diante daquilo que Hameister (2006) verificou em seu estudo para Vila de Rio Grande, onde casais que não tivessem filhos estariam mais propensos a servir como padrinhos. Uma vez que o apadrinhamento talvez fosse uma forma simbólica de suprir a ausência de filhos biológicos, pelo menos espiritualmente eles poderiam ter muitos.

Entretanto, não tomemos como regra, pois encontramos também entre os padrinhos mais bem cotados outros três casais que deixaram prole. Foram eles: José João de Lima Pereira - Francisca d' Paula Oliveira, Zeferino Alves Machado - Mariana Leite da Conceição e Antônio Prestes dos Santos- Antônia Prestes dos Santos. Tal situação nos remete a outra observação de Hameister, de que “as mulheres que mais batizaram guardavam estreita relação familiar com os homens que mais batizavam. Isso, de certo modo, não é resultado surpreendente”, pois a “preferência ao compadrio recaia muito mais sobre determinados núcleos familiares do que sobre indivíduos” (2010: 6).

De certa forma, essa questão do apadrinhamento/amadrinhamento enquanto estratégia familiar está demonstrada no quadro pelo menos para a família remediada dos Alves da Conceição que tiveram quatro indivíduos (Zeferino Alves Machado, João Alves Machado, Mariana Leite da Conceição e Candida Alves da Conceição) entre os pais espirituais mais buscados. Entendemos que no caso específico desse núcleo familiar, a manutenção do oratório junto à casa de moradia contribuiu para que seus nomes se fizessem presentes nesse seleto grupo.

Outro núcleo familiar no qual se verificou o batizado enquanto estratégia familiar foi entre os Victorino dos Santos. Se entre os padrinhos figuraram João Victorino Filho, o segundo padrinho mais bem posicionado no *ranking*, e seu irmão Raimundo Victorino dos Santos, entre as mulheres a referida estirpe teve quatro nomes entre aquelas que mais vezes

foram chamadas para amadrinhar. Foram elas: Dona Nimpha Victorina dos Santos, sua cunhada Dona Adélia Prates dos Santos (esposa de Raimundo) e suas irmãs Dona Maria Victorina dos Santos e Dona Cândida Victorina dos Santos. Ainda tratando de notoriedade social cabe dizer que as três irmãs do personagem central desta narrativa foram as únicas, entre as centenas de mulheres que amadrinharam em São Vicente, que flexionaram o gênero do sobrenome para o feminino. Ademais todas elas também tiveram o atributo qualificativo Dona antecedendo seus nomes (UBERTI, 2016).

As ocupações econômicas e a “roda” dos compadrios

Nesta parte do trabalho iremos discorrer sobre as bases materiais que propiciaram os meios de sobrevivência ao Capitão João Victorino Filho. Homem de ocupações múltiplas que ao longo de sua trajetória se dedicou ao ofício de criador, negociante, prestou serviços à municipalidade, especulou no mercado de terras e imóveis, foi Delegado de Polícia, hoteleiro e por fim agente do telefone. Esse ecletismo em termos de ocupações econômicas certamente foi um dos elementos que propiciou um círculo de convivência mais amplo, o que possivelmente reverberou no número de compadres, comadres e afilhados. As várias trocas de ofício nos sugerem poder de adaptabilidade do personagem, mas particularmente nos interessa ver qual o papel que essas teias profissionais tiveram no processo de notoriedade do indivíduo e de que forma as muitas trocas refletiram no círculo de compadrio.

Na busca de verificar a relação entre as atividades profissionais e o processo de construção do cabedal social do personagem João, recorreremos ao cruzamento de fontes nominativas (registros cartoriais - escrituras e procurações, habilitações matrimoniais, inventários *post-mortem* e qualificações da Guarda Nacional). O exercício terá como objetivo tentar entender que tipos de malhas enredavam esses sujeitos, buscando verificar quais ocupações econômicas do séquito de compadres para podermos discorrer sobre quais os bens circulavam por essas teias.

Com o intuito de apurarmos quem eram os sujeitos que faziam parte do grupo de compadres do Capitão, elaboramos o quadro 2, no qual olharemos somente as figuras masculinas. No quadro constam os nomes de 40 compadres, a ocupação profissional e o ano em que o compadrio foi estabelecido. Outra observação pertinente fica por conta da situação de que, apesar de terem sido todos agrupados no mesmo quadro, havia dois grupos distintos.



8

Por um lado estavam aqueles que o Capitão João convidou para apadrinhar sua prole⁶ e do outro figuravam aqueles que o convidaram. Essa situação repercutiu na mudança da dinâmica do elo compadresco. Para aquelas cerimônias nas quais o oficial da Guarda Nacional foi o responsável pelo convite observou-se o estabelecimento de teias verticais para cima com pessoas de fora do ramo familiar e de redes horizontais nas quais ocorreu o reforço dos laços de compadrio intrafamiliares (MENDES, 2012). Quando os papéis se inverteram, ele foi convidado para servir como agente apadrinhador, percebeu-se além das teias horizontais uma tendência de configuração de malhas verticais para baixo.

⁶ No ano de 1880 o Capitão João registrou uma escritura de perfilhação na qual legitimou os três filhos (João, Joaquina e Anna) que teve com Mathilde dos Reis. Três anos mais tarde casou-se com Carolina da Silva com quem teve pelo menos mais três crianças (Maria, Maria e João).

Quadro 2: Ofícios dos compadres e ano em que foram estabelecidas as relações de compadrio de João Victorino Filho

Compadre	Ofício	Ano do compadrio	Compadre	Ofício	Ano do compadrio
Jerônimo Pereira de Quadros	Criador	1862	Antonio Joaquim Guerra	Negociante	1873
Francisco Jose Mendes	Criador	1862	José Maria Machado de Bittencourt	Negociante	1874
Evaristo Ferreira de Oliveira	-	1862	Cândido Jose da Silva Pereira	Negociante	1874
Hermenegildo Antonio da Silva	-	1864	Luis Fernandes da Cunha	Carpinteiro	1874
Marcelino Rodrigues Cabrera	-	1864	Jose Francisco Rodrigues	-	1874
Bento Gonçalves de Lima	Agência	1864	Januario Gonçalves das Chagas	Criador	1876/1890
Francisco Joaquim da Silva	-	1868	Francisco José Pinto	Criador	1878
Carmo de Lima Barrios	Agência	1869	João Betim Duarte	Carreteiro	1879
David Jose Flores	Criador	1870	Jose de Castro Pinheiro	Agência	1879
Reginaldo Jose de Barros	Lavrador	1870	João Joze Fernandes	Carreteiro	1879
Manoel Machado Netto	Carreteiro	1870	Alfredo Machado Bittencourt	Negociante	1879
Manoel Antonio dos Santos Chará	Agência	1870	Caetano Joaquim Machado	-	1880
João Nicolau de Andrade	Carreteiro	1870	Oliverio Pinto Carneiro	Capataz	1881
Leandro Jose da Roza	-	1870	Carlos Steibel	Negociante	1883
Luiz Ignacio da Silveira	-	1872	Manoel Soares da Motta	Lavrador	1883
Simeão Jose Roza	Criador	1872	Israel Jose de Mello	Carreteiro	1884
Jose João Vitorino do Santos	Criador	1872	Vidal Baptista de Oliveira Pillar Filho	Criador	1889
Hilário Jose da Roza	Negociante	1872	José Fernandes Junior	Negociante	1892
Randolpho José da Silva Pereira	Criador	1873	Claricio Jose da Silva	-	1894
Manuel Eneas Flores	Oleiro	1873	Ricardo Pires d'Oliveira	Criador	1896

Fonte: Registros cartoriais (escrituras e procurações), habilitações de casamento, inventários *post-mortem* e qualificações da Guarda Nacional.

Dos 40 compadres foi possível observar a ocupação econômica para 31 deles. Destes, o ofício que apresentou maior recorrência foi o de criador, que respondeu por dez relações de compadrio. O segundo grupo foi o dos negociantes, com sete indivíduos, depois vieram cinco carreteiros, quatro que viviam de suas agências, dois lavradores e ainda se fez menção a um oleiro, um carpinteiro e havia ainda outro que era capataz. A maior parte dos compadres desenvolvia as atividades econômicas nas quais o Capitão João labutou por mais tempo. O que de certa forma não surpreende. Mas quando olhamos de modo mais detido às ocupações e os anos em que os compadres compareceram a pia batismal, percebe-se que a transição do ofício de criador para negociante, presente nas qualificações do princípio da década de 1870, se refletiu no círculo de compadrio. Pois até 1872, na roda dos compadres, não figurava nenhum que se dedicava ao comércio. A partir daquele ano os comerciantes começaram a aparecer e passaram a dividir espaço com os criadores como o principal grupo onde foram tecidas as relações de parentesco fictícias.

Entre as conexões com os compadres negociantes queremos destacar os tramados que envolveram Cândido José da Silva Pereira. Em dezembro de 1875 João Victorino Filho comprou uma casa junto a Rua do Comércio, na Vila de São Gabriel, no valor de 1:000\$000 de réis (algo em torno de £ 133,33)⁷. Passados três meses ele vendeu o imóvel pelo mesmo valor⁸ a Cândido José, que se estabeleceu naquele local. Após ter fixado residência em São Gabriel Cândido José continuou exercendo a função de comerciante, mas paralelamente passou a auxiliar seu compadre em negócios que ele tinha naquele município, até o ano de 1881, momento em que Cândido legou suas últimas vontades a João Victorino Filho⁹, falecendo no ano seguinte. Antonio Irigoryen López (2009), ao tratar das relações de parentela por afinidade enfatizou que as redes poderiam ser um canal pelo qual circulariam relações de reciprocidade que no final das contas poderiam cristalizar liames de confiança, tal qual foi percebido entre os cunhados que estreitaram laços por meio do compadrio.

Destaca-se ainda a presença dos compadres carreteiros, pessoas que também estavam diretamente envolvidas com o comércio, eles também ganharam evidência nas relações de compadrio a partir da década de 1870. Ao olharmos o local de residência desses agentes históricos, nos deparamos com a situação de que três deles (Israel Jose de Mello, João Betim Duarte e João Nicolau de Andrade) eram moradores do 7º quarteirão, o mesmo onde o capitão João residiu durante parte de sua vida. Nesse caso, o parentesco forjado na pia batismal

⁷ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, a. 1876, liv. 4, ff. 53r e v.

⁸ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, a. 1876, liv. 4, ff. 71r. - 72v..

⁹ APERS, **Testamento de Cândido José da Silva Pereira**. São Gabriel, Provedoria, a. 1881, n.º 174, m.7, est.. 108.

certamente ratificou relações de vizinhança com pessoas que possivelmente auxiliaram no transporte de mercadorias que o negociante João vendia para outras partes da província.

Houve nove personagens para os quais não apuramos a ocupação profissional. Esse silêncio nos faz pensar em duas hipóteses. A primeira é que batizaram em São Vicente, mas como encontramos seus nomes somente uma vez nos registros na condição de padrinhos, nossa suspeita é que se tratava de pessoas de fora da freguesia, possivelmente nessa condição estava Hermenegildo Antonio da Silva, camarada de armas de João, conforme demonstra o quadro da força do 26º regimento de cavalaria de São Gabriel¹⁰. Outro compadre que não conseguimos descobrir a ocupação profissional foi Marcelino Rodrigues Cabrera. Este último foi encontrado nos assentos em oito oportunidades na condição de pai, mas não foi um padrinho muito assíduo, especula-se que se tratava de um sujeito que dispunha de poucos recursos. Isso talvez explique a ausência dele nos autos de qualificação da milícia cidadã e porque não localizamos nenhuma escritura em seu nome nos registros notariais.

As escrituras cartoriais foi outra fonte manuscrita na qual o Capitão João teve seu nome citado com muita frequência. Gabriel Berute (2011) destacou que em virtude dos custos apresentados para se fazer os registros os setores menos favorecidos da sociedade tendiam a não serem tão presentes neste tipo de documentação. Do ponto de vista das possibilidades da fonte, asseverou que os livros de transmissões e notas podem fornecer informações sobre o padrão de investimento econômico. A análise de procurações públicas se constituiu num instrumento que possibilitou mapear os vínculos e a extensão das redes de relações nas quais os sujeitos estavam imiscuídos. A fim de podermos entender como foi a participação do personagem junto ao notário elaboramos a tabela que segue na qual constam os tipos de escrituras que fizeram menção ao nome do Capitão.

Tabela 1: Tipos de escrituras registradas por João Victorino Filho ou que fizeram menção a ele

Tipo de escritura	N.º de Escrituras	%
Compra	20	30,30
Dívida e hipoteca	7	10,61
Perfilhação	1	1,51
Permuta	1	1,51
Procuração	15	22,73
Venda	22	33,34
Total	66	100

¹⁰ AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1865, m. 98.

Fonte: APERS, **Registros diversos**. São Gabriel, Cartório do Civil, 4º distrito, Fundo: 69, *liv.* 2-4 (1868-1876).
 APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do Civil, 4º distrito, Fundo: 69, *liv.* 2-4 (1876-1884).
 APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, Fundo: 79, *liv.* 1-30 (1887-1912).
 APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 2º Tabelionato, Fundo: 79, *liv.* 2A-14A (1876-1887).
 APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, Cartório do Civil, 2º Distrito, Fundo: 79, *liv.* 1-11 (1899-1912).
 APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, Cartório do Civil, 4º Distrito, Fundo: 79, *liv.* 1-10 (1897-1912).

Conforme se verifica na tabela acima, os negócios que envolveram a compra e a venda representaram a maior parte dos assentos notariais nos quais João Victorino Filho teve seu nome citado, correspondendo a 63,64% do total de registros encontrados. A lógica do negociante durante um bom tempo foi comprar e logo na sequência revender. Tal qual pode ser observado no negócio envolvendo o escravo Thomaz, comprado por 600\$000 réis (cerca de £ 68)¹¹ e menos de um mês depois revendido por 1:000\$000 de réis (aproximadamente £ 113)¹². Em outro negócio, João Victorino Filho estabeleceu uma permuta, onde entregou seis quadras de campo junto à estância de São Raphael, recebendo em troca 2:000\$000 réis (cerca de £ 220) e duas casas na Vila de São Vicente, uma situada na Rua São Miguel e outra na Rua Carapé, que juntas também totalizaram outros dois contos de réis¹³. Está última casa seria negociada 24 dias depois por 1:500\$000 (algo em torno de £ 165)¹⁴. Esse negócio nos mostra uma mudança de tendência no padrão de investimento econômico, pois se até o início da década de 1880 a maior parte das compras fez menção a aquisição de terras, a partir daquele momento passou a investir principalmente em casas.

Cabe também fazer algumas considerações sobre as procurações (22,73%), nas quais foi representado e representou os interesses de terceiros. Entre aqueles que foram escolhidos para representá-lo, cita-se o nome do cunhado/compadre José Maria Machado de Bittencourt, a quem foi conferida a incumbência de participar de uma arrematação dos bens que foram levados a hasta pública em São Gabriel¹⁵. Entre os indivíduos que confiaram na sua pessoa para defender seus interesses, esteve o casal João Leite dos Santos e Deolinda Alves dos Santos, moradores de São Luiz Gonzaga, que venderam uma parcela de matos na Serra de São Xavier a Claricio Jose da Silva¹⁶, conforme visto no quadro 2 um dos compadres de João Victorino Filho.

¹¹ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, 2º Tabelionato, *a.* 1863, *liv.* 1, *ff.* 45v.

¹² APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, 1º Tabelionato, *a.* 1863, *liv.* 4, *ff.* 86 r.

¹³ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, *a.* 1889, *liv.* 3, *ff.* 69r. - 71v.

¹⁴ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, *a.* 1889, *liv.* 3, *ff.* 82v - 84r.

¹⁵ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 2º Tabelionato, *a.* 1878, *liv.* 6A, *ff.* 36v.

¹⁶ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, *a.* 1883, *liv.* 2, *ff.* 77v.

Mas nem só de negócios exitosos ficou marcada a trajetória deste personagem. Em abril de 1888 ele registrou uma escritura de compra de três colônias de terras junto a Serra de Sertão¹⁷, adquiridas por 600\$000 réis (algo em torno de £ 63). Em junho do ano seguinte as revendeu¹⁸ por 500\$000 réis (cerca de £ 55). Por essa época, o Coletor das rendas provinciais, o Tenente Jacinto Victorino dos Santos, protocolou uma ação junto ao Juiz Distrital Vidal Baptista de Oliveira Pillar Filho, onde “acuzava a penhora feita pelo Capitão João Victorino Filho de uma casa que tinha na Villa de São Vicente”¹⁹. A solicitação se justificava em virtude de débitos que ele detinha junto à receita provincial²⁰. O Juiz intimou o devedor para que no prazo de 20 dias viesse a audiência pública e apresentasse sua defesa²¹. Todavia, o acusado não compareceu, justificando que estava “fora da Villa como Delegado de Policia em exercício”²². Nada sabemos se a solicitação do coletor das rendas provinciais foi atendida.

Mas supomos que o mal estar entre os irmãos deve ter sido grande. A contenda entre eles nos remete aos escritos de Luís Augusto Farinatti e Jonas Vargas ao afirmarem que “da mesma maneira, se as relações parentais envolvem um potencial agregador, elas também carregam o germe de conflitos que, muitas vezes, rompem solidariedades” (2014: 392). A citação chama atenção para os atritos, disputas que dependendo do grau de intensidade poderiam inclusive provocar afastamentos de forma definitiva entre membros do mesmo núcleo familiar. Entre os pontos que chamaram nossa atenção na querela que envolveu os irmãos destaca-se que ao se declarar como Delegado de Polícia, talvez isso tivesse algum tipo de peso não só para justificar sua ausência, mas para tentar demonstrar que o demandante estava lidando com alguém de prestígio. Afinal, era um dos responsáveis pela manutenção da ordem naquelas paragens. Ao responder a intimação do juiz na condição de “homem da lei” indica também outro ofício que ele desenvolveu no decorrer de sua vida. Mas o ponto principal fica por conta das dificuldades financeiras pelas quais o personagem estava passando.

Em 1889, João, se dirigiu ao notário registrando uma hipoteca de dívida na importância de 841\$000 réis (£ 92,51)²³. A partir do ano seguinte começou a se desfazer dos bens e registrou pelo menos mais três escrituras de hipoteca de dívidas. O que nos faz pensar

¹⁷ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 2º Tabelionato, a. 1888, liv. 2A, ff. 76 v. - 77r.

¹⁸ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1889, liv.3, ff. 80v.

¹⁹ MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Protocolo de audiências**. São Vicente, a. 1887, liv. 1, ff. 8r.

²⁰ Idem, 8v.

²¹ Ibidem, ff.9v.

²² Ibidem, ff. 10v.

²³ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1889, liv. 3, ff. 86r - 87r.

que as dificuldades persistiram, e diante disso recorreu a novos empréstimos. Possivelmente estamos diante da razão principal que fez com que ele “sumisse” de vários cenários nos quais, até então, havia tido proeminência. Parece-nos que, na medida em que foi se endividando e se desfazendo do patrimônio que havia comprado ou recebido através da herança de seus pais, o prestígio do personagem proporcionalmente foi diminuindo.

De certa forma podemos observar um “apagamento do sujeito”. Desse modo, deixou de ser convidado para apadrinhar, conforme já dito, provavelmente a faixa etária na qual se encontrava também contribuiu para essa situação. Mas deixou de afiançar as informações que os nubentes prestavam nas habilitações civis de casamento, não foi mais chamado para assinar como testemunha dos negócios que eram feitos no notário, também não foi mais lembrado para servir como avaliador nem partidor nos inventários *post-mortem*, assim como não lhe conferiram mais a condição de tutor de menores nem de curador dos bens dos órfãos.

Essa perda de prestígio se materializou inclusive nos próprios registros do notário, uma vez que as escrituras a partir de 1900 são emblemáticas, momento em que as hipotecas foram cobradas²⁴ e para poder honrar os compromissos assumidos se desfez de terras e imóveis que possuía na sede do município²⁵. Enquanto outros ainda ostentavam títulos da milícia cidadã junto aos registros notariais, entre os citados estavam seus irmãos Raimundo e Jacinto, em relação a ele nada se dizia. Ainda encontraríamos seu nome junto ao Almanak administrativo, mercantil e industrial nas suas edições de 1909 (1910), 1910 (2772), 1911 (4104) e 1912 (4109), na qual foi citado como proprietário do hotel Dos Viajantes, situado em São Vicente, e como o agente do telefone de Jaguary, mas nada acompanhava seu nome em termos de distintividade. Possivelmente, foi das rendas advindas dessas atividades que sobreviveu em seus últimos anos de vida. Naquele momento, ao que tudo indica, já não desfrutava da mesma respeitabilidade e notoriedade que durante boa parte de sua trajetória estiveram ligadas ao seu nome.

²⁴ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 12v - 13r.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 14v - 15r.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 15v - 16r.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1902, liv. 24, ff. 30r.

²⁵ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 18r. e v.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1901, liv. 22, ff. 31r. e v.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1902, liv. 24, ff. 5v - 6v.

Considerações finais

No decorrer deste texto a análise foi centrada na trajetória do “especialista na arte de apadrinhar” João Victorino Filho. Indivíduo que na segunda metade do século XIX, apareceu nos registros de batismo de São Vicente na condição de padrinho em 57 oportunidades. Cerimônias nas quais batizou principalmente neófitos qualificados como brancos e que figuravam na condição jurídica de livres. O expressivo número de vezes que o Capitão João serviu como padrinho nos possibilitou afirmar que ele era detentor de prestígio dentro do contexto da freguesia estudada. Na busca das razões que contribuíram para que se tornasse um dos padrinhos preferenciais destacamos o fato de ter desenvolvido vários ofícios como um dos elementos que contribuiu para que ampliasse seu círculo de convivência.

Paralelamente outros personagens muito citados nos assentos de batismo na condição de pais espirituais foram trazidos à cena. A fim de apurar quem eram esses sujeitos nos valem do cruzamento de fontes nominativas de natureza civil. Estas últimas possibilitaram observar que havia uma tendência de privilegiar aqueles que desempenhavam os ofícios de criador e negociante. Outra situação verificada, mediante o cruzamento dos registros eclesiásticos (batismo e casamento), foi a de que entre os casais que mais apadrinharam havia aqueles que não tiveram filhos biológicos e aqueles que deixaram prole. Portanto, para o caso ora estudado, não se pode estabelecer a relação que padrinhos/madrinhas que não tinham filhos eram privilegiados.

O *ranking* dos padrinhos preferenciais também propiciou verificar que o batizado se constituía numa estratégia familiar, ou seja, determinados núcleos familiares tiveram vários de seus membros figurando entre aqueles que mais vezes assumiram o papel de fiadores espirituais. Em sua maioria famílias que ocupavam posições cimeiras dentro da hierarquia social, tais como os Victorino dos Santos. Porém, entre esse seleto grupo encontravam-se também os remediados dos Alves da Conceição que se valeram, principalmente, do oratório particular que mantinham junto à sua casa de moradia, para ratificar redes de relações através do parentesco simbólico que o batismo propiciava.

Ao apresentarmos a roda de compadrios caracterizamos o grupo em duas categorias. Aqueles que o Capitão João convidou para batizar seus filhos e aqueles que o convidaram para servir como padrinho. Entre os primeiros os elos compadrescos tenderam a apresentar linhas verticais para cima para pessoas de fora do ramo familiar e teias horizontais para os indivíduos que possuíam relações de parentesco por consaguinidade e afinidade. Já quando foi

convidado o tramado tendeu a apresentar a tendência de estabelecimento de malhas verticais para baixo. Concomitantemente apresentamos algumas teias profissionais que envolviam esses agentes históricos e a forma como elas funcionavam. Percebemos que a maior parte do séquito de compadres eram criadores e negociantes, justamente dois dos ofícios que o personagem desenvolveu no transcurso de sua vida. Porém, também demos ênfase para os compadres carreteiros e aqueles que viviam de suas agências, enquanto aliados oriundos dos estratos subalternos.

Por último, buscamos o personagem João nos registros notariais nos quais encontramos 66 escrituras públicas. Em sua maioria de compra e venda que nos revelaram um padrão de investimento que num primeiro momento centrou-se em terras, mas com o passar do tempo tendeu a privilegiar imóveis urbanos. A documentação cartorial também nos mostrou que, entre o final da década de 1880 e o início da década de 1890, recorreu a empréstimos que resultaram no registro de hipotecas. Dívidas que passaram a ser cobradas a partir de 1900 levando o Capitão João a vender ou entregar uma série de bens.

A partir do momento em que foi se desfazendo de seu patrimônio também foi desaparecendo de uma série de espaços nos quais durante parte de sua vida havia obtido destaque. Talvez o melhor exemplo que encontramos foi junto às próprias escrituras. Nos tempos áureos elas tendiam a colocar a patente da Guarda Nacional em destaque, mas na medida em que os recursos foram diminuindo os registros tenderam a simplesmente informar o nome do indivíduo, nos fazendo pensar que o prestígio fora abalado de forma considerável.

Referências

ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Porto Alegre: Selbach, 1934.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Estado do Rio Grande do Sul, *a.* 1909, *ff.* 1910; *a.* 1910, *ff.* 2772; *a.* 1911, *ff.* 4104; *a.* 1912, *ff.* 4109.

BARRAL, M. E. **De sotanas por la pampa:** religión y sociedad en el Buenos Aires rural tardocolonial. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

BERTRAND, M. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

BERUTE, G. S. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2011, 309 F. (Tese de Doutorado).

BRÜGGER, S. M. J. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CICERCHIA, R.; JIMÉNEZ, F. C. Formas familiares y dinámicas de la sociedad. Notas teóricas sobre problemas historiográficos. In: GHIRARDI, M.; JIMÉNEZ, F. C. (Ed.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CIECS/CONICET – UNC, 2011, p. 19-42.

FARINATTI, L. A. E. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). **Revista História Unisinos**, v. 16, p. 294-306, set./dez. 2012.

_____. VARGAS, J. M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). **Topoi**, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014. Disponível em www.revistatopoi.org/, acesso em 01/2015.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAMEISTER, M. D. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, 474 F. (Tese de Doutorado).

_____. Registros Batismais: documentos para reavaliar o papel da mulher na família e na sociedade coloniais. Anais eletrônicos [recurso eletrônico] / **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. - Florianópolis: UFSC, 2010.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LÓPEZ, A. I. Clérigos y castidad. A propósito de un manuscrito sobre el celibato de comienzos del siglo XIX. In: GHIRARDI, M.; CHACÓN JIMÉNEZ, F. (Ed.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CIECS (CONICET – UNC), 2011, p. 79-111.

MENDES, F. F. Família, História e redes sociais. In: BOTELHO, T. R. e LEEUWEN, M. H. D. Van (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 40-79.

UBERTI, H. G. **Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854-1912)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2016, 266 F. (Tese de Doutorado).